



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE ARQUIVOLOGIA

CAMPUS: GOIABEIRAS					
CURSO: ARQUIVOLOGIA			PERÍODO: 2019/1		
PROFESSOR RESPONSÁVEL: Rosa da Penha Ferreira da Costa					
E-MAIL: rosapenha2004@ig.com.br					
CÓDIGO	DISCIPLINA OU ESTÁGIO		PRÉ-REQUISITO		
ARV12927	FUNDAMENTOS DE ARQUIVOLOGIA		NÃO HÁ		
CRÉDITO	CARGA HORÁRIA	DISTRIBUIÇÃO DA CARGA HORÁRIA			
		TEÓRICA	DISTÂNCIA	EXERCÍCIO	SEMANAL
4	60	32	12	16	04

EMENTA (Tópicos que caracterizam as unidades dos programas de ensino)

Conceitos Gerais: arquivo e arquivologia – objeto, campo de atuação; Classificação e tipos de arquivo; Profissão do arquivista; Noções de ética arquivística; Áreas afins da Arquivologia. A Arquivologia como campo científico. Principais abordagens da Arquivologia contemporânea. Intérpretes e interpretações dos processos arquivísticos em diferentes contextos nacionais de configuração da Arquivologia.

OBJETIVOS

Geral

Introduzir conceitos gerais ligados à Arquivologia.

Específicos

Compreender o que é Arquivologia, sua história e campo de atuação;
 Definir o objeto de estudo do Arquivista;
 Identificar a interdisciplinaridade da Arquivologia;
 Conhecer a legislação básica da Arquivologia.
 Definir a profissão do Arquivista;
 Conhecer os aspectos éticos relativos ao profissional da informação;
 Conduzir o aluno a uma reflexão acerca do processo de institucionalização da Arquivologia como campo científico.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Unidade I: A Arquivologia e seus aspectos interdisciplinares

Relações da Arquivologia com outras ciências: Administração, História, Biblioteconomia, Museologia, Direito, Paleografia, Diplomática, Ciência da Informação, Informática, etc.

Unidade II: Princípios e conceitos fundamentais

Documento arquivístico
 Fundo/Princípio da proveniência/Ordem Original
 Ciclo Vital (abordagem das três idades)
 Arquivo: prova, patrimônio e memória
 Funções Arquivísticas

Unidade III: Legislação Arquivística e acesso aos arquivos

Lei nº 8.159/91
 Decreto nº 4.073/2002

Decreto nº 7.845/2012
Lei 12.527/2011

Unidade IV: Formação Profissional

Conceito

Requisitos/Atribuições

Campos de atuação

Ética Profissional

Lei nº 6.546/78 e Decreto nº 82.590/78

Unidade V: A cientificidade da Arquivologia

Os pressupostos básicos ao conhecimento científico.

O desenvolvimento da pesquisa em Arquivologia no Brasil

METODOLOGIA

Os conteúdos e práticas implicados na disciplina serão abordados através de:

1. Aulas expositivas;
2. Levantamento de informações a respeito da temática selecionada para a elaboração dos seminários;
3. Leitura e discussão de textos da bibliografia básica e da bibliografia complementar, selecionados a partir da definição da temática a ser abordada na disciplina;
4. Produção de textos e relatórios de caráter interdisciplinar (os quais se desenvolverão de forma articulada às disciplinas de conteúdo e metodologia cursadas pelos alunos, durante o semestre).
5. Atividades feitas a distância, enviadas através do Portal do Professor.
6. Palestras;
7. Visitas técnicas.

RECURSOS

Textos científicos;
Data show;
Quadro Branco;
Audiovisuais;
Portal do Professor;
Software moodle.

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

- a) 1ª Avaliação: Atividades individuais ou em grupos com os temas/textos propostos referentes à disciplina + atividades presencial ou semipresencial referentes a cada tema (10 pontos); pode ocorrer avaliação surpresa.
- b) 2ª Avaliação: Seminário: com apresentação do trabalho e entrega do relatório, em grupo (10 pontos). É obrigatório a participação de cada membro do grupo na apresentação do trabalho.
- c) 3ª Avaliação: Prova sem consulta (10 pontos).

O processo de avaliação contará com a realização de atividades distribuídas ao longo do semestre: atividades presenciais ou semipresencial referentes a cada tema (10 pontos), apresentação de seminário, em grupo, com entrega de relatório (10 pontos), prova sem consulta (10 pontos).

As atividades do processo de avaliação totalizarão 30 (trinta) pontos no máximo, que serão divididos por 3 (três) ao final do processo para a composição da média. Aqueles com média inferior a 7,0 (sete) serão submetidos à prova final, sendo considerados aprovados aqueles que alcançarem média igual ou superior a 5,0 (cinco).

Será avaliado o compromisso do aluno com as atividades propostas para as unidades de

ensino, assim como, participação e desempenho com as tarefas pensadas e concretizadas individualmente e em grupo.

REFERÊNCIAS

Bibliografia Básica

COUTURE, C.; ROUSSEAU, J. **Os fundamentos da disciplina arquivística**. Lisboa: Dom Quixote, 1998.

FONSECA, M. O. **Arquivologia e ciência da informação**. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

SILVA, Armando Malheiro da et. al. **Arquivística: Teoria e Prática de uma ciência da informação**. Porto: Afrontamento, 1998.

Bibliografia Complementar

CAMPELLO, B. S.; CENDÓN, B. V.; KREMER, J. M. (Orgs). **Fontes de informação para pesquisadores e profissionais**. Belo Horizonte: UFMG, 2000. p. 21-34.

DELMAS, B. **Arquivos para quê?**. São Paulo: IFHC, 2010. p. 17-93.

LOPES, L. C. **A nova arquivística na modernização administrativa**. 2. ed. Brasília: Projecto Editorial, 2009.

VALENTIM, M. L. P. (Org.). **Estudos avançados em arquivologia**. Marília: Cultura Acadêmica, 2012. p. 135-154. Disponível em: <https://www.marilia.unesp.br/Home/Publicacoes/estudos_avancados_arquivologia.pdf>. Acesso em: 03 jul. 2017.

OUTRAS SUGESTÕES DE LEITURA

BELLOTTO, H. L. **Arquivos permanentes: tratamento documental**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1991.

BRASIL. Arquivo Nacional. **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. (Publicação Técnica; n.o 51). Disponível em: www.conarq.arquivonacional.gov.br.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 28 nov. 2017.

BRASIL. Decreto nº 2134, de 24 de janeiro de 1997. **Regulamenta o art. 23 da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a categoria dos documentos públicos sigilosos e o acesso a eles, e dá outras providências**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, 27 de janeiro de 1997. Seção I. Acesso em: 28 nov. 2017. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1997/decreto-2134-24-janeiro-1997-400804-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 28 nov. 2018.

BRASIL. Decreto nº 82.590/78, de 6 de novembro de 1978. **Regulamenta a Lei nº 6.546, de 4 de julho de 1978, que dispõe sobre a regulamentação das profissões de Arquivista e de Técnico de Arquivo**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1970-1979/D82590.htm>. Acesso em: 28 nov. 2018.

BRASIL. Decreto 4.073 de 03 de janeiro de 2002. **Regulamenta a Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a Política Nacional de Arquivos Públicos e Privados**. [Em especial o art. 18.]

BRASIL. Decreto nº 7.845, de 14 de novembro de 2012. **Regulamenta procedimentos para credenciamento de segurança e tratamento de informação classificada em qualquer grau de sigilo, e dispõe sobre o Núcleo de Segurança e Credenciamento.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/Decreto/D7845.htm>. Acesso em: 28 nov. 2018.

BRASIL. Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012. **Regulamenta a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que dispõe sobre o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do caput do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição.** 2012. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2012/Decreto/D7724.htm>. Acesso em: 30 set. 2018.

BRASIL. Lei nº 6.546, de 4 de janeiro de 1978. **Regulamentação das profissões de arquivista e de técnico de arquivo.** Disponível em: <<http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=92&sid=52>>. Acesso em: 30 set. 2018.

BRASIL. Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991. **Dispõe sobre a Política Nacional de Arquivos Públicos e Privados e dá outras providências.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8159.htm>. Acesso em: 30 set. 2018.

BRASIL. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. **Regula o acesso a informações** previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei no 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei no 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. 2011. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12527.htm>. Acesso em: 30 set. 2018.

JARDIM, José Maria. **O Conceito e a Prática de Gestão de Documentos.** Acervo (Rio de Janeiro), Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 35-42, 1987. Disponível em: <<http://arquivar.com.br/site/wp-content/uploads/2007/09/O-Conceito-e-a-Pratica-de-Gestao-de-Documentos.pdf>>. Acesso em: 2 dez. 2017.

PAES. Marilena Leite. **Arquivo: teoria e prática.** 3. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997.

SANTOS, Vanderlei Batista dos; INNARELLI, Humberto Celeste; SOUSA, Renato Tarciso Barbosa dos. **Arquivística: temas contemporâneos: classificação, preservação digital, gestão do conhecimento.** Distrito Federal: SENAC, 2007.

SHELLENBERG, T. R. **Arquivos Modernos: Princípios e técnicas.** 2. ed. Rio de Janeiro. FGV, 2002.

OBSERVAÇÕES

Obs.: Podem ser sugeridos novos textos ao longo da disciplina, bem como também podem ser apresentados filmes que não constam deste plano de ensino.